

Prefeitos querem gerenciar até instituições do Estado

Um documento com 47 pontos será entregue hoje pelos prefeitos da Grande Vitória ao governador José Ignácio

LARISSA LAMEGO

Os prefeitos da Região Metropolitana pretendem participar mais da gestão e de programas do Governo do Estado em áreas básicas, como saúde, segurança, transporte e saneamento. Em contrapartida, querem dar ao governador José Ignácio a coordenação política do Conselho Metropolitano.

Esta será a pauta da reunião entre os prefeitos da Grande Vitória e o governador José Ignácio Ferreira (PSDB), às 16 horas de hoje, no Palácio Anchieta, quando os chefes de executivo municipal apresentarão um documento contendo 47 sugestões e reivindicações.

Além desse documento, concluído ontem durante reunião entre os prefeitos de Vitória, Vila Velha, Serra, Viana e representante de Guarapari, ficou decidido que o nome de José Ignácio será apontado para presidir a política do Conselho Metropolitano.

O secretário estadual de Planejamento, Guilherme Henrique Pereira, terá seu nome cogitado para coordenador técnico do conselho.

Segundo o prefeito da Serra, Sérgio Vidigal (PDT), o nome de Ignácio – aprovado por unanimidade na reunião de ontem

– será de extrema relevância na implementação e viabilização de medidas, além de evitar possíveis desgastes e conflitos políticos entre as prefeituras.

PARTICIPAÇÃO

Os prefeitos estão pedindo até para participar do gerenciamento da Cesan, tendo voz ativa nas decisões da empresa na hora de definir as estratégias de ação nos municípios, segundo os prefeitos.

Além disso, eles reivindicam a transformação da Ceturb em agência intermunicipal de transporte.

Vidigal informa, ainda, que entra na pauta das discussões de hoje a criação de câmaras setoriais para a resolução de medidas específicas e comuns a cada município.

As câmaras contemplam as áreas de educação, saúde, saneamento básico, segurança, transporte, desenvolvimento econômico e urbano, adolescência e juventude.

Outra reivindicação dos prefeitos é que o Orçamento da Região Metropolitana seja aprovado juntamente com o Orçamento do Estado. Já a frequência da reunião da coordenação política do conselho – que hoje ocorre somente uma vez por ano – deverá ser questionada, com proposta para acontecer de quatro em quatro meses.



Luiz Paulo, Max Filho e Vidigal discutem os itens

Governo vai apresentar propostas

O secretário de Planejamento do Estado, Guilherme Henrique Pereira, não soube informar se o governador José Ignácio Ferreira irá aceitar a coordenação política do Conselho Metropolitano Deliberativo.

De acordo com o secretário, o governo do Estado já traçou o esboço de algumas ações e projetos que deverão ser analisados coletivamente durante a reunião de hoje.

No entanto, preferiu não divulgar os itens, afirmando que a prévia poderia prejudicar o início dos trabalhos.

Ainda segundo o secretário de Planejamento, o governo não vai poupar esforços para que a implantação da Região Metropolitana continue a avançar na prática.

Ele lembrou que juridicamente a região da Grande Vitória – que hoje compreende os municípios de Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Vitória – já existe há 6 anos.

Além da criação da Região Metropolitana, a lei complementar 58/95 de 1995 estabeleceu, paralelamente, a criação do Conselho Metropolitano Deliberativo, composto pelo governo do Estado e pelos seis municípios da região.

O secretário, no entanto, achou “estranho” que os prefeitos tenham divulgado os pedidos antes de apresentar ao governo.

Cesan faz parte da lista

Dividir o “pepino e o poder”. Em resumo, é o que embute o elenco de sugestões e propostas que os prefeitos da Região Metropolitana apresentam ao governador José Ignácio, nesta tarde, no Palácio Anchieta.

Entre as medidas figuram, por exemplo, a reivindicação para que os municípios participem da gestão da Cesan, façam interferência nas metas do Prodesan, que a Ceturb seja transfor-

mada em agência intermunicipal e que atuem na construção de prédios escolares, tanto do ensino fundamental quanto do médio.

A resistência em dividir o poder tem sido um dos principais obstáculos à consolidação da Região Metropolitana, cujas discussões tiveram início ainda em fins da década de 80. Um dos avanços mais recentes foi a efetiva participação de Guarapari nas reuniões.

OS PONTOS

SEGURANÇA PÚBLICA

- Constituição do Conselho Metropolitano de Segurança Pública
- Rediscussão do efetivo da Polícia Militar
- Fortalecimento da estrutura da rede de proteção à testemunha
- Criação da Central de Penas Alternativas
- Criação de programa de acompanhamento à família vitimada
- Descentralização da estrutura de combate ao narcotráfico – Plantão Judiciário

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO

- Elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Grande Vitória
- Plano Diretor Metropolitano, com indicações de áreas para habitação, indústrias, serviços, etc.
- Política tributária e incentivos fiscais e financeiros, impedindo a “guerra fiscal”
- Rediscussão do domínio de áreas de patrimônio do governo do Estado nos municípios (Radium Hotel, em Guarapari; região do Hortomercado, Ilha da Pólvora e Parque Pedra da Cebola, em Vitória; lagoa de Jacunem, na Serra)

TRANSPORTE URBANO E TRÂNSITO

- Estabelecimento de mecanismos de integração da gestão dos transportes com participação dos municípios
- Avaliação do PDTU e elaboração de planos de investimentos, com a tomada de empréstimos em conjunto entre Estados e Municípios
- Transformação da Ceturb em agência intermunicipal de transportes

SANEAMENTO BÁSICO

- Retomada das discussões da modelagem institucional do sistema de saneamento, com garantia de participação dos municípios
- Desenvolvimento de ações de preservação dos mananciais e recursos hídricos para abastecimento urbano
- Projetos de recuperação de áreas degradadas (praias, rios, lagoas)
- Participação dos municípios na gestão da Cesan
- Discussão das metas do Prodesan e garantia da contrapartida do governo nas obras

SAÚDE

- Integração das ações de controle de vetores e animais de pequeno porte desen-

volvidas nos CCZ's municipais

- Estruturação da central de regulação de consultas médicas especializadas da região metropolitana
- Consórcio metropolitano para viabilizar a assistência farmacêutica básica
- Criação de Centro Metropolitano para atendimento a dependentes químicos
- Criação de Central Metropolitana de Ambulâncias

AÇÃO SOCIAL – CRIANÇA E ADOLESCENTE

- Atendimento à criança e adolescente em situação de risco
- Atendimento à criança e adolescente em situação de trabalho nas ruas
- Políticas de atendimento a moradores de rua
- Políticas de atendimento a migrantes
- Atendimento às pessoas portadoras de deficiência mental

EDUCAÇÃO

- Construção de prédios escolares para os ensinos fundamental e médio
- Capacitação para os profissionais de educação
- Documentação relativa à transferência de alunos

Fonte: prefeitos da Região Metropolitana